



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento
Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Técnica
Coordenação de Projetos de Cooperação Nacional

ATA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 27 dias do mês de janeiro do ano de 2022, às 11 horas, na sede da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS, Lote 19 - Avenida das Nações, SEN - Asa Norte, Brasília/DF, no Auditório Carlyle Guerra de Macedo, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), em cumprimento ao §1º do art. 4º do Anexo XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, sob a Presidência do Senhor Alessandro Vasconcelos, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Saúde e com o comparecimento dos demais membros do colegiado, Senhor Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), e o Senhor Juan Mendes da Silva, Vice-Presidente regional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Registradas as presenças (0025228633): Sra. Socorro Gross, Representante da OPAS/OMS no Brasil; Sr. Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Saúde; Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira, Diretor substituto do DESID/SE/MS; Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira, Coordenadora-Geral CGPC/DESID/SE/MS; Sr. Everton Macedo Silva, Coordenador-Geral GCES/DESID/SE/MS; Sra. Marcela Iwano, Coordenadora CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Ligeize Ferreira Lins, Técnica CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sr. Stefano Nunes Portuguez de Souza, Técnico CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Danielle Paes Gouveia, Técnica CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sr. Arnaldo Paulino Rodrigues, Técnico em Secretariado da CGPC/DESID/SE/MS; Sr. Sérgio Yoshimasa Okane, Secretário SAES/MS; Sra. Alessandra de Sá Earp Siqueira, Diretora DECIT/SCTIE/MS; Sra. Patrícia de Campos Couto, Coordenadora COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS; Sra. Adriana Melo Texeira, Diretora DAHU/SAES/MS; Sra. Vânia Rodrigues Bezerra, Diretora de Responsabilidade Social da Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio Libanês (HSL); Sr. Alex Ricardo Martins, Gerente de Programas Governamentais - HSL; Sra. Cleusa Ramos, Superintendente de Educação e Responsabilidade Social da Associação do Sanatório Sírio Hospital do Coração (HCor); Sr. Luis Eduardo Ramos Mariath, Superintendente de Responsabilidade Social da Associação Hospitalar Moinhos de Vento (AHMV); Sr. Luis Antônio Mattia, Consultor de Relacionamento Institucional - AHMV; Sra. Ana Paula Neves M. de Pinho, Diretora Executiva de Responsabilidade Social - Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC); Sra. Nidia Cristina de Souza, Gerente de Projetos - HAOC; Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Secretário-Executivo do Conasems; Sr. René Santos, Assessor Técnico do Conass.

Participaram também, de forma virtual, via plataforma Zoom: Sra. Jéssica da Silva Rodrigues, Analista Técnico de Políticas Sociais CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Lúcia de Fátima Teixeira Masson, Gerente Geral substituta GGCI/ANVISA; Sra. Bernadete Weber, Assessora Técnica da Diretoria - HCor; Sr. Guilherme de Paula Pinto Schettino, Diretor de Responsabilidade Social da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein (HIAE); Sra. Beatriz Bonadio Aoki, PMO Escritório Proadi-SUS - HIAE; Sra. Maria Alice, Diretora Executiva de Pessoas, Experiência do Cliente, Marketing, Sustentabilidade e Impacto Social da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência (BP); Sr. Dante Dianezi Gambardella, Gerente de Projetos de Filantropia - BP; Sr. Rodrigo Quirino, Gerente de Projetos - BP; Sr. Lucas Barbieri, Gerente de Projetos Proadi-SUS - AHMV; Sr. João William Gauze Júnior, Consultor Técnico de Projetos - AHMV; Sr. Rogério L'Abbate Kelian, Gerente de Ações Integradas Hospitalais Proadi-SUS.

Iniciada a sessão, o Sr. Alessandro Vasconcelos, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Saúde, deu as boas-vindas aos presentes na primeira reunião do Comitê Gestor em 2022. Na sequência o Sr. Wilames Bezerra, Presidente do Conasems cumprimentou a mesa e todos os presentes desejando uma reunião profícua para as pautas presentes. Dando continuidade o Sr. Juan da Silva, Vice-Presidente regional do Conass agradeceu pela oportunidade de compor a mesa e reforçou a importância das reuniões do Proadi-SUS, bem como, dos projetos que impactam e propiciam um apoio para as gestões estaduais e municipais.

Retomando a palavra o Sr. Alessandro Vasconcelos registrou que 2022 traz alguns desafios. Reconheceu o trabalho afino da equipe do Proadi-SUS e do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento - DESID e espera que nas próximas reuniões aconteçam entregas interessantes. Acrescentou que na gestão pública é importante seguir na direção certa e com passos seguros, pois uma mudança de rumo não é rápida, diferentemente, da gestão privada. Complementou que entende a ansiedade projetada para o planejamento deste ano, contudo, o Ministério da Saúde tem por meta iniciar o próximo triênio de forma segura, deixando claro às regras, o funcionamento, o contraditório e a devida aprovação de contas. Finalizou informando que todas essas informações serão apresentadas na próxima reunião do comitê.

Com a palavra, o Diretor substituto do DESID/SE/MS, o Sr. Daniel Pereira cumprimentou a mesa e a todos os presentes registrando o compromisso firmado, de maneira atípica, na realização da reunião do Comitê-Gestor no mês de janeiro, haja vista, não era costume. Reforçou a fala do Secretário-Executivo Adjunto/MS com relação à segurança jurídica e ao aprimoramento de alguns processos de trabalho para este ano, considerando, que no ano de 2021 não foi possível, em virtude de uma demanda reprimida ocasionada pelas trocas de gestão e alteração em algumas equipes. Afirmou que na próxima reunião do comitê-gestor será apresentado o Manual do Proadi-SUS, bem como os aprimoramentos no fluxo do processo.

Ato contínuo o Sr. Daniel deu início a pauta de informes, trazendo o panorama do Proadi-SUS, conforme apresentação (0025075712), e o cenário gerencial dos projetos com: 18 novas propostas; 136 projetos; 19 pendentes de análise; 27 arquivados, totalizando 200 tramitações. Dando continuidade aos informes, apresentou uma (1) desistência de projeto, conforme demonstrado no Quadro I.

Quadro I - Desistência de Projeto

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor	Período	Área Técnica
HSL	25000.014040/2021-01	Apoio à ANVISA na adoção do padrão ISO IDMP no Brasil	R\$ 4.154.618,00	De 1º de janeiro de 2021 à 13 de julho de 2021	ANVISA

Com a palavra o Secretário-Executivo do Conasems, Sr. Mauro Junqueira solicitou que a representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) se manifestasse a respeito da desistência do projeto. Em resposta a Sra. Lúcia Masson, Gerente Geral substituta GGCI/ANVISA informou que o projeto é de longo prazo e que o Hospital Sírio-Libanês comunicou sobre a desistência, contudo, a ANVISA pretende dar continuidade ao projeto. Em intervenção, o Sr. René Santos, Assessor Técnico do Conass observou se tratar de um projeto de continuidade, inclusive, com o período de vigência iniciado em primeiro de janeiro, sendo assim, com a descontinuidade, provavelmente, na prestação de contas será levado em consideração o período de execução ocorrido até o ano de 2021. Diante do exposto, o Sr. René solicitou esclarecimento à Sra. Lúcia Masson. Em

resposta, a Gerente Geral substituta da ANVISA informou que o projeto foi executado em 2020, portanto, a prestação de contas será referente a esse período e complementou que o hospital encaminhou o ofício pedindo a desistência para o ano de 2021, ou seja, o projeto foi encerrado no último triênio. Retomando a palavra o Sr. René questionou se houve apresentação de plano de trabalho para o primeiro ano do triênio, pois tal fato influencia na determinação do período de desistência do projeto.

Com a palavra o Sr. Alex Martins, Gerente de Programas Governamentais do HSL informou que o referido projeto foi pautado para desistência em outra reunião do Comitê Gestor, inclusive, com a presença da Sra. Lúcia Masson e em concordância com o hospital. Complementou que o projeto encerrou em dezembro de 2020 e não foi apresentado um plano de trabalho para o triênio 2021-2023 e por fim, o hospital entende que o processo está sanado e farão a prestação de contas. Diante do exposto, o Sr. René solicitou que o DESID verificasse, nas atas anteriores, se houve o registro do pedido de desistência, o que já pode ter sido considerada em decisão anterior do Comitê Gestor.

Em esclarecimento, a Sra. Ana Paula Siqueira, Coordenadora-Geral CGPC/DESID/SE/MS acrescentou que o ofício foi encaminhado em julho de 2021, com uma desmobilização da equipe para o mesmo período. Em função disso, foi incluído na pauta da presente reunião.

Em intervenção, o Sr. René sugeriu que fosse verificado a possibilidade da desistência do projeto ter passado pelo Comitê Gestor, independente, da data do ofício. Além disso, que seja esclarecido, em ata, por parte da ANVISA todas as informações referentes ao projeto no período de 2021 para evitar a impressão de que a desistência está ocorrendo no presente momento. Em resposta a Gerente Geral substituta GGCIP/ANVISA se comprometeu a encaminhar o ofício do Diretor-Presidente com os esclarecimentos solicitados.

Retomando a palavra o Sr. Alessandro Vasconcelos concordou com o questionamento feito pelo Sr. René. Sugeriu ao Diretor substituto do DESID/SE/MS que seja pensado para o novo manual do Proadi-SUS questões relacionadas à continuidade, desistências e prazos de execução dos projetos visando uma definição processual clara.

Em intervenção, o Sr. Mauro Junqueira complementou que o Comitê Gestor deve olhar para as questões apresentadas, pois, na situação relatada existe um lapso temporal que precisa ser esclarecido pelo fato de impactar no percentual de execução e cumprimento de metas pelo hospital.

Com a palavra o Sr. Alessandro Vasconcelos chamou a atenção para a importância de entender que o Proadi-SUS é um programa para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, sendo assim, com a continuidade do projeto deve estar previsto a sua incorporação. No caso em pauta, o projeto cumpriu o ciclo do primeiro triênio, encaminhando-se para o segundo, porém, sem definição de sua incorporação.

Retomando a palavra o Sr. Daniel Pereira sugeriu a retirada do item da pauta para que seja esclarecido a situação do projeto e assim, apresentar uma resposta fundamentada. Diante do exposto, o Secretário-Executivo Adjunto/MS acatou as solicitações e concordou com a sugestão do Sr. Daniel Pereira.

Na sequência o Sr. Daniel Pereira deu início a pauta deliberativa, apresentando as Propostas de Projeto, conforme segue quadro abaixo:

Quadro II - Propostas de Projeto

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor	Período	Área Técnica
HCor	25000.185737/2021-57	Inotrópicos versus Vasodilatadores para manuseio da insuficiência cardíaca descompensada: Um ensaio clínico randomizado	R\$ 2.100.000,00	22 meses	SCTIE
HCor	25000.185638/2021-75	Identificação, caracterização clínico-epidemiológica e manejo de doenças cardiovasculares hereditárias no SUS: Programa Cardio-Genoma Brasil	R\$ 4.200.000,00	24 meses	SCTIE
BP	25000.185006/2021-10	Apoio à Implementação das Boas Práticas na Atenção à Cardiologia e Urgências Cardiovasculares	R\$ 15.376.831,52	24 meses	SAES

A primeira proposta de projeto **“Inotrópicos versus Vasodilatadores para manuseio da insuficiência cardíaca descompensada: Um ensaio clínico randomizado”**, NUP 25000.185737/2021-57, do HCor, teve sua **deliberação pela aprovação**.

Após a apresentação, pelo Sr. Daniel, da segunda proposta de projeto **“Identificação, caracterização clínico-epidemiológica e manejo de doenças cardiovasculares hereditárias no SUS: Programa Cardio-Genoma Brasil”**, NUP 25000.185638/2021-75, do HCor, o Sr. Alessandro Vasconcelos solicitou esclarecimento à SCTIE, inferindo se tratar de um projeto inicial, mas que posteriormente terá uma coorte aberta. Em resposta a Sra. Alessandra Siqueira, Diretora DECIT/SCTIE/MS confirmou que o projeto inicia com a questão do exoma voltado para terapêutica e que a nutrição será desde o início, mas que posteriormente os pacientes serão acompanhados. O armazenamento biológico tem como principal função a utilização dos genes para outros tipos de doenças, sendo também, por esse motivo, um projeto de grande importância. Feitas as considerações, restou **deliberado pela aprovação**.

A terceira proposta de projeto **“Apoio à Implementação das Boas Práticas na Atenção à Cardiologia e Urgências Cardiovasculares”**, NUP 25000.185006/2021-10, da BP. Com a palavra o Sr. Mauro Junqueira solicitou participar da discussão na escolha dos hospitais e das Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Na sequência o Sr. René também solicitou a participação do Conass na criação do critério de seleção das 150 UPAs, bem como dos hospitais. Além disso, sugeriu a avaliação de outro projeto que foi apresentado pelo Conass e aprovado pelo DESD, com características semelhantes as da proposta em questão, com aplicação na região Norte. A sugestão é no sentido de guardar coerência entre os projetos e otimizar ofertas.

Com a palavra, o Sr. Alessandro Vasconcelos concordou com o Sr. René, observando a importância dos projetos estarem alinhados e não concorrem entre si, evitando situações de desequilíbrio. Aproveitou para lançar um desafio aos hospitais para discutirem a assistência ao infarto nas regiões remotas utilizando a telemedicina. Acredita que é um projeto que poderá salvar muitas vidas e que precisa ser desenvolvida uma tecnologia em âmbito nacional que, inclusive, já é aplicada em outros países.

Na sequência o Sr. Sérgio Okane, Secretário SAES/MS retomou as sugestões feitas pelo Sr. René com relação a terceira proposta, questionando se a mesma precisa de ajustes para a aprovação. Em resposta, o Sr. René esclareceu que a proposta está aprovada e os próximos passos serão a elaboração do plano de trabalho do projeto que retornará ao Comitê Gestor. A solicitação está voltada, especificamente, para a execução e elaboração do plano de trabalho, no qual Conass e Conasems solicitam a participação na discussão dos critérios de seleção das UPAs e dos hospitais. Por outro lado, ao Ministério da Saúde fica a sugestão de avaliar a coerência dos projetos, conforme mencionado anteriormente. Com esse esclarecimento o Secretário SAES/MS concordou com a sugestão. Após toda a explanação, **deliberou-se pela aprovação da proposta**.

Retomando a palavra, o Sr. Daniel Pereira trouxe dois informes em resposta às demandas dos hospitais. O primeiro diz respeito às glosas realizadas por algumas secretarias, mas que, até o presente momento não há previsão de procedimento formal de recurso, contudo, nesta data foi realizada uma reunião com a Consultoria Jurídica (CONJUR) para a elaboração de um formato de relatoria. A proposta é designar um relator que apresentará ao Comitê Gestor as questões relacionadas às glosas e, a partir da formalização dessa instância, oferecer a segurança para a tomada de decisão que o tema requer. O segundo tema está relacionado à flexibilização dos 70%. A CONJUR apontou que a única forma possível seria através de uma alteração legal, portanto, não pode ser via decreto. Diante disso, o DESID entende que esse é um compromisso do Ministério da Saúde, que nas próximas semanas estará debruçado sobre o tema buscando uma solução, na expectativa de apresentá-la na próxima reunião do Comitê Gestor.

Chegaram ao Auditório Carlyle Guerra de Macedo, o Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, acompanhado da Sra. Socorro Gross, Representante da OPAS/OMS no Brasil. Logo ambos compuseram a mesa e deu-se continuidade à reunião.

Em intervenção, como informes, o Sr. René abordou as questões relacionadas aos projetos de Tele-especialidades para a região Nordeste e aos projetos de Tele-UTI, onde todos tiveram alguma ressalva das áreas técnicas. Com relação ao assunto, a Secretaria de Atenção Primária a Saúde (SAPS) fez uma série de diligências, solicitando alguns ajustes aos projetos de Tele-especialidade onde estão em fase de conclusão pelo conjunto de hospitais. Diante disso, o Conass reportou a SAPS que, em se tratando dos ajustes realizados, não havendo mudança de mérito e nem da proposta apresentada a este Comitê Gestor, com relação ao projeto do Hospital Moinhos de Vento, segue o entendimento na reunião de dezembro de 2021, ou seja, cumprida a formalidade referente aos ajustes solicitados e, obviamente, dado conhecimento ao Conass e Conasems do plano trabalho definitivo, que os projetos sejam considerados aprovados para a publicação, sem a necessidade de esperar o mês de fevereiro para fazer algum tipo de encaminhamento. Na sequência o Sr. Mauro Junqueira, concordou com o entendimento apresentado pelo Sr. René. Com a palavra o Diretor substituto do DESID/SE/MS endossou o entendimento do Conass e Conasems, acrescentando que na próxima reunião do Comitê Gestor poderá ser feito o informe de que não houve modificação substancial no projeto e, por esse motivo, considera-se aprovado.

Dando sequência, o Sr. Daniel Pereira retomou a pauta deliberativa com a apresentação de 2 projetos, conforme demonstrado no Quadro III.

Quadro III- Projetos

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor	Período	Área Técnica
AH MV	25000.141025/2021-26	Educação continuada dos Comitês de Ética em Pesquisa	R\$ 2.056.512,96	Da publicação a 31 dezembro de 2023	SCTIE
AH MV	25000.120800/2021-18	Lean nas Emergências - Apoiar na melhoria dos processos das emergências hospitalares, promovendo eficiência, redução de desperdícios e superlotação	R\$ 3.825.746,12	Da publicação a 31 dezembro de 2023	SAES

O primeiro projeto **“Educação continuada dos Comitês de Ética em Pesquisa”**, NUP 25000.141025/2021-26, da AHMV, teve sua deliberação pela **aprovação**.

O segundo projeto **“Lean nas Emergências - Apoiar na melhoria dos processos das emergências hospitalares, promovendo eficiência, redução de desperdícios e superlotação”**, NUP 25000.120800/2021-18, da AHMV. Com a palavra o Sr. Mauro Junqueira votou pela aprovação, complementando que o projeto segue a mesma lógica discutida para os outros com o tema Lean, ou seja, reportar e ter coerência e sinergia entre todos os projetos. Na sequência o Sr. René aprovou e observou que o projeto se assemelha aos demais projetos Lean que foram aprovados em dezembro de 2021, inclusive, acompanhado das mesmas ressalvas, como exemplo, a avaliação de algumas questões orçamentárias no decorrer da execução e monitoramento. Outro ponto é com relação à forma de distribuição dos hospitais por unidade federada em termos de quantidade e, principalmente, como se dará a distribuição de unidades federadas entre os hospitais. O Conass solicitou, junto à área técnica, que fosse realizada uma discussão na companhia dos hospitais. Complementou que na última semana a SAES solicitou que fosse realizado o contato com a Bipartite para que houvesse a indicação dos hospitais. Diante disso, os Conselhos solicitaram uma reunião, com a SAES, por entenderem necessário definir, previamente, a quantidade de hospitais por unidade federativa, caso contrário, poderá surgir uma lista maior do que 160 hospitais, gerando desconforto. A partir daí, com a definição das quantidades de hospitais, Conass e Conasems entram em contato com a Bipartite para definição dos hospitais. Em resposta, o Secretário da SAES/MS concordou em realizar a reunião. Por fim, o Ministro da Saúde votou a favor e, portanto, **deliberado pela aprovação do projeto**.

Adicionalmente informa-se a seguinte nota de esclarecimento: O projeto “Planificação da Atenção à Saúde: Gestão e organização da Atenção Primária e Atenção Ambulatorial Especializada Nas Redes de Atenção à Saúde – Planifica SUS”, apresentado pela BP e registrado sob o NUP 25000.165716/2021-15, foi deliberado na 11ª reunião ordinária do Comitê Gestor (0024391338), ocorrida em 16 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ R\$ 42.525.940,90, de acordo com Parecer Técnico emitido pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS). Entretanto, após a supracitada reunião do Comitê Gestor, a área técnica verificou necessidade de alterar a análise inicial de projeto. Uma nova análise foi emitida, sem alteração nos objetivos, metas e entregas do projeto. No entanto, a nova análise, por meio do Parecer Técnico Inicial nº 4/2022 – CGGAP/DESF/SAPS/MS (0024933366), aprovou o projeto no valor total de R\$ 40.644.461,00. A diminuição no valor total se deu devido à redução nas despesas diretas compartilhadas e despesas indiretas do projeto. Considerando que não houve alteração no objeto do projeto aprovado na 11ª reunião ordinária do Comitê Gestor de 2021, o novo Parecer Técnico, com anuência do Secretário de Atenção Primária à Saúde, foi acatado e os trâmites de publicação da aprovação do projeto serão seguidos de acordo com as normativas vigentes.

Com a palavra, o Sr. Marcelo Queiroga cumprimentou os presentes saudando o novo ano, registrando que apesar disso o ano se inicia com velhos problemas, referindo-se a pandemia da Covid-19, em se tratando da nova variante Ômicron, que atinge o Brasil e o Mundo. Seguiu dizendo que na última semana o país assistiu o início de uma pressão sobre o sistema de saúde de alguns estados que apresentaram 70% da capacidade de ocupação das UTIs, porém, o Ministério da Saúde, juntamente com o Conass e Conasems tem acompanhado esse cenário, inclusive, com ações de habilitação e manutenção dos leitos de terapia intensiva, que são fundamentais para assistir os pacientes. Reforçou que é necessário continuar vigilante em relação a essa variante e que a campanha de vacinação do Brasil é um sucesso, haja vista, que o país está entre os cinco que mais vacinam sua população, com 75% da população vacinada com a primeira dose, cerca de 70% com a segunda e, desde agosto de 2021, com distribuição das doses de reforço. São cerca de 26 milhões de doses de reforço distribuídas, perfazendo em torno de 20 a 25% da população brasileira. Continuou falando que, comparando com países que avançaram na campanha de vacinação, como Espanha, Portugal, Reino Unido, possivelmente, tenhamos um desempenho semelhante sem um impacto forte sobre o número de óbitos, como acontece nos Estados Unidos, Rússia, Polônia e em outros países onde a hesitação vacinal é maior. afirmou que o Ministério da Saúde tem pautado suas ações com base na evidência científica, exemplo disso é o estudo publicado no periódico Lancet que orientou a política com relação à dose de reforço, mostrando, inclusive, a eficácia do esquema vacinal adotado no Brasil, com doses de reforço com vacinas de mRNA com eficácia contra a variante Ômicron, demonstrando que o país está no caminho certo. Contudo, o Ministro da Saúde comentou que existe um receio na ampliação da campanha na Região Norte e em alguns estados da Região Nordeste onde a cobertura da vacinação é mais baixa, mas afirmou que o sistema de saúde está mais preparado e fortalecido. Disse ainda que o Ministério da Saúde, juntamente com Conass e Conasems já haviam discutido sobre a incorporação de mais de 6.500 leitos de terapia intensiva de maneira definitiva no SUS, saindo de 22 mil para cerca de 30 mil leitos, representando assim, um investimento incremental de R\$ 2,6 bilhões que beneficia o SUS. Complementou que por outro lado está acontecendo a ampliação da testagem, com testes rápidos de antígeno, onde a expectativa é distribuir cerca de 80 milhões de testes até o final de março para que os estados e os municípios, muitos deles com políticas próprias, possam ampliar a capacidade de testar. Registrou que o Ministério da Saúde tem trabalhado diuturnamente para levar esperança para o povo brasileiro e pretende caminhar junto com todos que integram o SUS e o Sistema de Saúde do Brasil para por fim a pandemia, enfatizando que o governo trabalha forte. Esclareceu que, com relação a vacinação infantil foi promovida, de maneira inédita, uma ampla discussão com a sociedade brasileira, por meio de uma audiência pública que contou com a participação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, com transmissão ao vivo, pelo canal de televisão oficial, visando informar a população brasileira para uma melhor tomada de decisão, enfatizando que atualmente são dois tipos de imunizantes à disposição. Trouxe que durante a pandemia o público infantil foi o subgrupo menos afetado, com registro de óbitos concentrados no pico da pandemia, posteriormente, a medida que a campanha de vacinação avançou os óbitos caíram. afirmou que o Brasil está na vanguarda, compondo cerca de 30 países que têm campanha de vacinação e que estão acontecendo reformas estruturantes do

sistema de saúde no Brasil. O Ministro reforçou que só existe um sistema de saúde no país, com a participação da iniciativa privada, por meio da saúde suplementar, contudo, o desejo é que essa participação seja ampliada e a melhor forma é por meio da transparência e eficiência.

Ato contínuo o Sr. Marcelo Queiroga complementou que pela primeira vez foi realizada uma reunião do CONSU (Conselho Nacional de Saúde Suplementar) e que esta não pode ser confundida com a privatização do SUS, o objetivo foi definir diretrizes para a saúde suplementar e discutir plataformas, semelhantes ao que acontece no sistema bancário, para reduzir a concentração empresarial na saúde suplementar. Afirmou que atualmente existe uma concentração empresarial sem precedentes, seja por meio de verticalizações e fusões, que muitas vezes não são de interesse do beneficiário da saúde suplementar, tão pouco do povo brasileiro. Complementou que é preciso estimular a concorrência, facilitar o acesso aos planos de saúde, bem como a portabilidade, tudo isso é fundamental para que o setor possa crescer de maneira sustentável, a exemplo da Austrália, que tem a plataforma *Open Health* que é sucesso naquele país. Salientou que não cabe ao Ministério da Saúde regular o setor da saúde suplementar, pois se trata de uma competência da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e o Ministério não interfere em nenhuma agência, mas a diretriz de política pública deve ser traçada pelo Ministério da Saúde, até porque é um setor beneficiado com vultuosas renúncias fiscais, portanto, tem dinheiro do contribuinte brasileiro.

Complementando sua fala, o Sr. Marcelo Queiroga pontuou que o Ministério da Saúde tem atuado em relação às doenças prevalentes que foram negligenciadas durante a pandemia, especificamente, referiu-se às doenças cardiovasculares, que tiveram 400 mil óbitos por ano. Esclareceu que em 2011 o Ministério da Saúde publicou uma portaria que instituiu uma política de cuidados às síndromes coronarianas agudas, afirmando que trouxe uma melhora, mas que é necessário ampliar o tratamento trombolítico. Por fim, o Ministro da Saúde reforçou a importância do apoio do Conass, do Conasems e dos Hospitais de Excelência na melhoria do SUS para ser ainda mais motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Alessandro Vasconcelos, Secretário-Executivo Adjunto agradeceu ao Ministro da Saúde e declarou encerrada a reunião, subscrevendo eletronicamente esta ata, juntamente com os demais membros do Comitê Gestor do Proadi-SUS.

<p><i>Assinatura eletrônica</i> Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Saúde</p>	<p><i>Assinatura eletrônica</i> Juan Mendes da Silva Vice-Presidente Regional Conselho Nacional de Secretários de Saúde</p>	<p><i>Assinatura eletrônica</i> Wilames Freire Bezerra Presidente Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde</p>
--	---	--



Documento assinado eletronicamente por **Juan Mendes da Silva, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilames Freire Bezerra, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos, Secretário-Executivo Adjunto**, em 14/02/2022, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0025075285** e o código CRC **AE0A6254**.